

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luis Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. --

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Daniel da Costa Luis, que substitui Carina Isabel Moura Conceição Luis, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número catorze. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CATORZE -----

A ata número catorze realizada em vinte e oito de dezembro de dois mil e onze, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, e outra do Partido Socialista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Continuando a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Temos uma questão de antes de entrar no período de antes da ordem do dia, que passa pela introdução de um ponto na ordem dos trabalhos, conforme já havia sido comunicado aos senhores deputados, porque quando o documento nos chegou já estava feito o edital e publicado, não fazia sentido estar a alterar na altura e portanto, o documento com a proposta de cessação da condição de associado da AMEGA, cabe-me colocar à consideração da assembleia, se há algum impedimento para que seja acrescentado este ponto à ordem do dia. -----

Não havendo manifestações de intenção de usar da palavra, vou considerar que este ponto passa a ser o ponto três da ordem de trabalhos, sendo que, o ponto quatro passará a ser a informação do senhor Presidente. -----

Temos duas moções, uma do Partido Socialista e outra do Bloco de Esquerda e portanto vamos passar à análise destes documentos e solicitava à bancada do Partido Socialista que fizesse a apresentação do documento que remeteu a esta Assembleia.” ----

MOCÃO -----

Na sessão ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento, de 25 de setembro de 2004 foi aprovado o *Regulamento Interno do Conselho Municipal de Juventude do Entroncamento*, publicado em Diário da República no Edital n.º 828/2004 (2.ª série). Apesar de uma iniciativa louvável que se antecipou aquilo que se efetivou em 2009, através da Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, criando o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude (CMJ), a verdade é que este órgão não tem atividade conhecida após uma única reunião que consistiu na tomada de posse dos membros do conselho. Uma clara inconsistência com o constante no Capítulo 3, Artº 7 do mesmo Regulamento, “*O CMJ reúne em sessões ordinárias três vezes por ano, mas obrigatoriamente no mês de Outubro, para definir o plano de Atividades para o ano seguinte.*” -----

Como é possível ler no preâmbulo já referido edital, “*As autarquias, devido à sua proximidade com a população, são os órgãos de poder que mais facilmente poderão desenvolver condições para uma efetiva participação dos cidadãos na definição de planos de intervenção.*” Foi nesse sentido, que já em 2009, a posição do Partido Socialista, sobretudo veiculada por um conjunto de comunicados e atividades da Juventude Socialista do Entroncamento, era de que o Município do Entroncamento deveria ser pioneiro nesta questão, antecipando o período de adaptação de 6 meses que a nova legislação previa. -----

Vários foram os obstáculos criados ao singrar dos CMJ, começando pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que, logo no primeiro instante, através dos mais dúbios pareceres jurídicos foi arregimentando grande parte dos municípios para a negação das mais-valias geradas pela possibilidade de recolher contributos positivos dos jovens para a governação local. Ao que parece, também foi esta a posição “confortável” que o Município tomou. -----

Com o intuito de dissipar as dúvidas interpretativas e a constitucionalidade de alguns pontos da Lei nº 8/2009, num esforço conjunto, para o qual a ANMP foi convidada a contribuir e rejeitou liminarmente, foi publicitada em Diário da República de 10 de

fevereiro, a Lei n.º 6/2012, que revê o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude. Em reação a este novo facto, a ANMP não hesitou em divulgar um comunicado a todas as autarquias, no sentido de não procederem à instituição dos CMJ, um ato que reflete claramente a sua total desconsideração pela Assembleia da República, pelo aprofundamento da democracia e, particularmente, pelos jovens. -----
A edificação de um novo paradigma de real envolvimento dos jovens na gestão autárquica é premente, e, é por isso que, tal como no passado, continuamos a defender que quanto maior for a participação dos jovens nas comunidades locais, melhores serão as perspetivas de desenvolvimento dos nossos territórios, a qualidade da nossa democracia e, conseqüentemente, das decisões públicas. Aliás, uma das funções do CMJ identificadas no Portal do Município é *“promover iniciativas juvenis, de forma a conhecer melhor as aspirações e anseios dos jovens do conselho, ficando a administração autárquica mais habilitada a responder ao que essa camada da população espera ver concretizada na política municipal.”* Está na hora de explorar efetivamente esta e outras funções. -----

Tendo em conta o disposto anteriormente, -----
“A Assembleia Municipal do Entroncamento reunida em sessão ordinária em 27 de fevereiro de 2012, repudia as posições assumidas pela ANMP em relação aos CMJ, veiculando essa rejeição através da constituição imediata e efetiva do Conselho Municipal de Juventude do Município do Entroncamento, revendo o respetivo Regulamento Interno à luz da Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro.” -----

Carlos Amaro referiu: “ Vou dispensar de ler a moção, apenas farei uma pequena abordagem sobre a mesma. -----

Na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2004, foi aprovado o regulamento interno do Conselho Municipal de Juventude do Entroncamento, a verdade é que este órgão não tem atividade conhecida, tendo apenas uma reunião que consistiu na tomada de posse dos membros do conselho. -----

Sabemos que vários obstáculos foram levantados sobre os conselhos municipais de juventude, mas o que é de salientar é que uma das suas principais funções é promover as iniciativas juvenis de forma a conhecer melhor as inspirações, os anseios dos jovens do conselho, ficando a administração autárquica mais habilitada a responder ao que essa camada da população espera ver concretizada na política municipal. -----

Assim, está na hora de explorar efetivamente esta e outras funções, não temos conhecimento de quaisquer reuniões do conselho municipal de juventude, nem das suas atas, nem do seu trabalho. -----

Os problemas que foram levantados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses estão agora resolvidos, portanto, a Assembleia Municipal do Entroncamento reunida hoje repudia as posições assumidas pela ANMP em relação aos Conselhos Municipais de Juventude veiculando essa rejeição através da constituição imediata e efetiva do Conselho Municipal de Juventude do Município do Entroncamento, revendo o respetivo Regulamento Interno à luz da Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Quando recebi esta moção questionava-me sobre quantos conselhos municipais de juventude é que realmente reuniram cá no município e questionava-me de tal forma, que fui indagar junto de quem de direito, quantos é que reuniram e não reuniu realmente só um como diz a moção do Partido Socialista. -----

Reuniu a ata número um, em janeiro de 2005, ata número dois, em novembro de 2005, ata número três, em janeiro de 2006, ata número quatro, em novembro de 2006, ata número cinco, em setembro de 2007, ata número seis, em outubro de 2007, ata

número sete, em março de 2008, estas foram as atas do conselho municipal de juventude que podem ser consultadas, são públicas. -----

O que se passa aqui e é justo dizê-lo, ficou plasmado na intervenção que fez, foi que o Entroncamento tem um conselho municipal de juventude muito antes do Estado português legislar sobre os conselhos municipais de juventude no nosso País e quando o Estado resolveu legislar sobre os conselhos municipais de juventude fez asneira, mas fez asneira grande como todos sabem, exigir que um órgão que é nomeado tenha poder sobre órgãos que são eleitos pelos cidadãos, é uma coisa absurda. -----

Os conselhos municipais de juventude de 2009, os pareceres do conselho municipal de juventude eram vinculativos perante o executivo, por isso, é que a Associação Nacional de Municípios não os aceitou. -----

Daquilo que disse sobre a Associação Nacional de Municípios estarem sanadas os problemas que a Associação levantou, não é verdade, porque a Associação dirigiu aos seus associados um e-mail em que explora uma série de problemas que continuam a constar e alertam os municípios para que uma situação que parece até este momento não estar sanável, não devem ser postos em funcionamento. -----

Como toda a gente sabe, sou fã dos conselhos municipais de juventude, acho que eles são um órgão vital de trabalho da juventude de cada um dos municípios. -----

O senhor Deputado diz que na lei, onde fala em composição, diz que o conselho municipal de juventude é composto por um membro de cada uma da juventude partidária com assento na Assembleia da República, aqui no Entroncamento o PCP veio a eleições coligado com CDU em 2009, mas na Assembleia da República dividem-se e têm os VERDES, imagine agora nós aqui no conselho municipal de juventude temos que ter a juventude dos VERDES e então porque é que não temos a juventude do POUS que também se candidata a autarquias? -----

Todos nós estamos empenhados em que o Entroncamento volte a ter em funcionamento o conselho municipal de juventude, mas não é para funcionar como funcionava este, porque se cada um de nós lermos as atas, a ata um, foi realmente a instalação, depois temos uma ata que diz: “estando presentes o senhor Vereador, o senhor administrativo dos serviços de juventude e um outro representante, esperou-se trinta minutos, como não apareceu mais ninguém fez-se o conselho com eles os três.” –

O Partido Socialista há um ano ou dois falou da questão dos conselhos municipais de juventude, eu há muitos anos que faço parte desses conselhos, agora nunca me peçam que um conselho municipal de juventude tenha gente representada que não tem assento nos órgãos autárquicos e não me peçam igualmente, que um conselho que não é eleito, que é nomeado por força de uma lei, tenha força vinculativa sobre um órgão autárquico.

Portanto senhor Deputado vai-me fazer o obséquio de acreditar que não podemos acompanhar o vosso esforço nesta moção que apresenta.” -----

Proseguiu **Carlos Amaro**: “ No capítulo três, no artigo sétimo do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude em vigor, diz que o conselho municipal de juventude reúne em sessões ordinárias três vezes por ano, não me parece que tenha sido o número de reuniões que o conselho tenha tido, mas aqui, a doutrina diverge não há pareceres vinculativos por parte dos conselhos municipais de juventude, são pareceres consultivos, são os mesmos pareceres consultivos que têm o conselho municipal de segurança e que apesar de reunir poucas vezes, quando reúne, reúne bem, trabalha bem e não há ausências dos seus elementos. -----

Cabe a este executivo promover a participação ativa dos jovens que o compõem. –

Portanto, senhor Deputado deixe dizer-lhe que não podemos aqui empurrar a culpa para os outros, porque se compete a alguém promover a associação juvenil e a sua

participação política, cabe a este executivo, daí faz toda a lógica esta moção, quer à luz do regulamento anterior, quer agora à luz deste novo regulamento proposto. -----

Como jovem, o senhor Deputado e como eu, faz todo o sentido chamar os jovens na participação política e pela participação política.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Tenho em crer que o meu caro colega é um jurista inteligente e sabe interpretar a lei dos conselhos municipais de juventude de 2009. -----

A lei dos conselhos municipal de juventude de 2009, atribui caráter vinculativo aos pareceres do conselho de juventude, e é de tal forma vinculativo, que se o conselho achasse que a autarquia devia fazer um encontro de jovens rokeiros e que devia atribuir um orçamento de oitenta mil euros e que devia ser feito no meio da cidade, o município tinha que acatar isto, o que é surreal. -----

O senhor diz que temos que trazer os jovens para a política, não tenha dúvida nenhuma disso, quando chegarmos às eleições autárquicas daqui a um ano e meio, vai ser preciso trazer muitos jovens para a política. -----

Os conselhos municipais de juventude têm que ser aplicados, não podem ser aplicados por tudo e por nada, se estamos a falar de uma questão de falta de quórum que existia neste conselho, basta ver a composição deste novo conselho para ver que há pessoas que não faz sentido nenhum estarem e para perceber que a composição deste novo conselho foi um arranjo muito simpático para algumas autarquias deste País.” -----

Luis Grácio referiu: “ Eu vou meter a minha foice em seara alheia, nem sou jovem, nem sou jurista, a coisa complica-se. -----

Também tenho alguma opinião sobre a questão da participação da juventude na política e parece-me de facto, tendo sido esta lei aprovada em 2012, provavelmente terá tido a aprovação da maioria na Assembleia da República, nomeadamente o PSD, não consigo entender porquê tanta rejeição a esta proposta do Partido Socialista. -----

A importância da participação da juventude eu já nem digo da política, na vida comunitária e na sociedade no ponto de vista cívico é de extrema importância, porque de facto, o que nós temos assistido por essa Europa fora, é o afastamento das populações da participação política, aliás, já temos governos que não foram eleitos, esperamos que em Portugal isso nunca aconteça. -----

Nós vamos votar a favor desta moção.” -----

Referiu **Mário Eugénio**: “ Não estava para intervir, mas tive que intervir porque de facto fiquei um pouco pasmado com o nível das declarações que aqui foram feitas. –

Depois desta conversa toda, vou citar o que disse o Luis Grácio agora, com todo o respeito que é de certeza que há aqui coisas que não consigo deslindar e há uma coisa que não percebo, porque é que vêm chamar para aqui, os brilhantes juristas, eu também não digo aqui que sou o mais velho, não é o mais velho em idade, mas sou o que anda aqui há mais anos, ando aqui desde 1983 e não é por isso que sou o mais inteligente ou menos inteligente, o melhor ou o pior, eu sou eleito para aqui desde 1983. -----

Quando o debate começou nós pensámos o que é que a gente vai fazer a isto, de facto não conhecemos este assunto suficientemente bem, mas dissemos que o debate nos ajude, mas acho que o debate não ajudou, o debate prejudicou-me. -----

Portanto, o que eu vou fazer e aquilo que queria sugerir e nós vamo-nos abster, mas íamos dar uma sugestão porque nós achamos que esta moção devia ser mais debatida, queríamos sugerir ao PS, porque já percebemos que a moção vai ser rejeitada, que a trouxesse outra vez, ou que a levasse inclusivamente à comissão permanente, por nós vamo-nos empenhar para perceber melhor o que é que se passou e estamos disponíveis para entrar no debate a sério numa próxima oportunidade.” -----

Intervio **Carlos Amaro**: “ Nós aceitamos levar esta moção à comissão permanente, no entanto, gostaríamos de coloca-la à votação porque efetivamente não percebemos, porque é que o PSD se este novo regulamento, foi digamos, negociado entre as várias juventudes, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, porquê esta postura aqui de não aprovar esta moção.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Independentemente da questão a que se refere esta moção, há na deliberação que é proposta qualquer coisa que de algum modo colide com todos nós, que é estarmos à partida a repudiar as posições da Associação Nacional de Municípios e quer queiramos, quer não, independentemente de podermos ou não de concordar com algumas delas, faria sentido tentarmos perceber e não começar à priori por repudiar e rejeitar tudo aquilo que vem da Associação Nacional de Municípios, eventualmente tentarmos conhecer e perceber quais são os argumentos da Associação de Municípios para as posições que assumiu. -----

Por outro lado, a lei que agora foi publicada que é a Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, dá-nos seis meses para adaptar, rever, reformular ou reconstituir ou constituir nos casos em que não existam, os conselhos municipais e portanto, também temos que ter em atenção que o próprio cumprimento da lei colide com aquilo que vem proposto nesta moção. -----

Sugeria que pudesse-mos tratar esta moção em sede de comissão permanente se assim o entenderem, não a votamos hoje, e na próxima reunião voltamos a abordar este assunto.” -----

Respondeu **Carlos Amaro**: “ Nós aceitamos até para podermos ter aqui o consenso das restantes bancadas que na altura se poderão ser informados sobre aquilo que levou a Associação de Municípios e toda a dinâmica deste processo.” -----

Procedeu-se de seguida à leitura da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. –

MOÇÃO -----

No passado dia 1 de fevereiro ocorreram novos aumentos no preço dos transportes. Apesar do consenso sobre a importância da utilização dos transportes coletivos, quer do ponto de vista ambiental quer do ponto de vista da qualidade de vida nas cidades, hoje sofrem dos maiores ataques de que há memória, fruto dos preços praticados e do empobrecimento da oferta para os utilizadores. -----

Além disto, os aumentos nos transportes são, de uma maneira geral, de uma grande injustiça e extraordinariamente penalizadores para os cidadãos, especialmente os que se encontram numa posição de maior fragilidade.-----

Para o Entroncamento há um transporte cujo aumento de preço é recebido com particular preocupação. O comboio. Como todos sabemos, no Entroncamento o comboio continua a ter um papel fundamental para o transporte de centenas de trabalhadores, que todos os dias o utilizam como veículo preferencial. -----

Nos últimos anos, as assinaturas de comboio têm vindo a ser alvo de aumentos sucessivos que em muito ultrapassam a inflação ou os rendimentos dos utentes. No passado dia 1 de Fevereiro os preços voltaram a aumentar, em média 4%, quando em Agosto do ano passado já haviam sofrido um aumento de 15%. -----

Uma assinatura de comboio entre o Entroncamento e Lisboa já custa atualmente 209,05 €, quando em Julho do ano passado custava 174,90 €. O aumento é de cerca de 109% nos últimos nove anos, mais de 12% ao ano. -----

A estes aumentos sucessivos nos preços das assinaturas vêm somar-se a uma enorme lista de outros ataques sofridos pelos cidadãos. Têm um enorme impacto nas carteiras dos nossos munícipes, contribuindo fortemente para o agravar da situação financeira das famílias e interferindo na economia da cidade. -----

O empobrecimento das nossas famílias tem conduzido alguns dos cidadãos que utilizam este meio de transporte diariamente a fazer as contas e transferir a sua residência para localidades mais próximas de Lisboa, menos penalizadoras em termos de transporte.-----
A política utilizada pela CP é profundamente injusta e absurda, sendo extremamente penalizadora para os cidadãos e em nada contribuindo para o incentivo à utilização dos transportes coletivos. -----

A Assembleia Municipal não pode assistir em silêncio a esta situação que contribui para o empobrecimento dos seus municípios, para a perda de habitantes e distanciamento do Entroncamento em relação à capital. -----

A Assembleia Municipal está solidária com os cidadãos, e repudia estes aumentos nos transportes, em particular nas assinaturas de comboio. -----

Assim a Assembleia Municipal decide: -----

1. Recomendar à Câmara Municipal que tome uma posição relativamente a este assunto.
2. Enviar esta moção à Comunicação Social, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério dos Transportes, a todas as autarquias da CIMT e à Administração da CP. -----

Carla Roma referiu: “ Esta situação surge quando vem a público, se não estou em erro, noticiado pelo jornal Público exatamente no fim do mês de janeiro, que a CP espera ter este ano pela primeira vez na sua história, lucros operacionais ou seja, os lucros operacionais à custa dos pesados aumentos que têm vindo a aplicar nas assinaturas e nos preços dos bilhetes de comboio. -----

Apesar deste saldo operacional ser positivo, nós não podemos deixar de ter em conta, de que o saldo da empresa continua muito negativo à custa dos pesadíssimos juros bancários que nós sabemos que existem, e portanto a fatura vai sucessivamente sendo aplicada aos utilizadores que andam a pagar uma dívida que não para de acumular, que se acredita que seja impagável. -----

Acreditamos que o município do Entroncamento deverá tomar uma posição neste sentido.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “ Nós estamos de acordo com a moção, vamos votá-la favoravelmente, consideramos que os aumentos têm sido brutais, os aumentos que ocorreram o ano passado e este ano não só das assinaturas, mas nos próprios bilhetes, são valores altíssimos. -----

O comboio particularmente para nós do Entroncamento é fundamental, o comboio liga-nos muito rapidamente a Lisboa, Coimbra, Tomar e Santarém, nós temos de facto condições ótimas para utilizar o comboio e que obviamente a utilização está a ser desincentivada desta forma. -----

Não sei se o Bloco de Esquerda quer fazer algum comentário, é que achei no primeiro ponto da decisão que nós vamos tomar um pouco vago, recomendar à Câmara que tome uma posição, não sei exatamente que posição é que é, o segundo ponto é claro.”-----

Proseguiu **Carlos Amaro**: “ Parece-nos óbvio que esta Assembleia deve aprovar esta moção. -----

Todos nós que aqui estamos fomos eleitos por entroncamentenses e estamos aqui para defender a nossa cidade, são muitos que trabalham em Lisboa, que todos os dias têm que se deslocar e têm sofrido também os aumentos nos transportes. -----

É realmente o ir muito acima daquilo que é estritamente necessário para corrigir os problemas do País. -----

Portanto, esta bancada vai aprovar esta moção.” -----

Continuou **José Baptista**: “ A moção é clara, explana aquilo que há muito tempo é discutido, o aumento do preço dos transportes é manifestamente exagerado para a nossa sociedade pode despender mensalmente, eu sou daqueles que usa o comboio todas as semanas sem descontos, pago o bilhete por inteiro, sei bem o que é que está a custar a mim e a tanta gente. -----

Este é daqueles temas que me deixa perplexo porque vejo muita gente a falar dos transportes, muita gente não faz a mínima ideia o que é andar num transporte, se a situação continuar como até aqui está, das duas uma, ou o Estado decide que é um serviço social e passa a pagar a sua dívida por inteiro, ou a CP vai abaixo, não aguenta com o nível de endividamento que tem. -----

Acho a moção com um tom ríspido para com a política interna do nosso município, sabe perfeitamente que isto é uma guerra de todos nós, nenhum de nós aqui se põe de fora deste barco e portanto, seria desonesto se algum de nós aqui viesse fazer o papel dos outros coitadinhos, porque isto é um problema dos outros, isto é um problema de todos nós. -----

Não percebo, tal como já aqui foi dito, esta recomendação à Câmara, devíamos ser mais precisos, recomendar o quê, recomendar que a Câmara decida e discuta em reunião de Câmara e tome a deliberação para enviar à REFER, ou ao senhor Ministro.” -

Carla Roma referiu: “ A Câmara escolherá a forma que encontrar melhor para expressar a sua posição. -----

Aquilo que pretende quando este ponto foi introduzido, no fundo é reforçar os últimos parágrafos anteriores, que a Câmara se mostre solidária com os cidadãos relativamente a estes aumentos, que manifeste a sua preocupação e o seu repúdio, relativamente a estes mesmos aumentos. -----

No fundo a posição que se pretende que a Câmara tome, é mostrar-se solidária com os cidadãos e manifestar esta preocupação relativamente a estes aumentos.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Então que seja plasmado este número um, que realmente deve ser pedido ao executivo para discutir e a quem é que ela deve ser remetida às entidades oficiais.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** submeteu a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ É importante nós termos conhecimento qua a ANAFRE reuniu no dia 15 de fevereiro em Lisboa e decidiu no âmbito da discussão da proposta de Lei nº. 44/XII, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, rejeitar a proposta de Lei na sua substancia que impõe a agregação de freguesias com carater obrigatório, segundo o critério de aplicação de percentagem. -----

Pretende, preparar, um parecer critico que vai apresentar nos diversos órgãos de soberania. -----

Solicita com urgência audiência aos líderes parlamentares e grupos parlamentares da Assembleia da República. -----

Dando voz ao descontentamento das freguesias, decidiu marcar para o dia 10 de Março, uma reunião nacional, para a qual convida os eleitos das freguesias, os autarcas dos municípios e deputados da Assembleia da República. -----

Outra questão que nos preocupa CDU, é o repúdio ao assalto do rendimento dos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, dos direitos e estabilidade do emprego, quer pela disposição do orçamento de Estado relativamente à matéria salarial e carreiras, quer pela ameaça decorrente da extinção de centenas de freguesias com os respetivos postos de trabalho. -----

Repudiamos ainda o roubo aos trabalhadores da administração local em particular, da administração pública e dos pensionistas em geral, que viram as suas renumerações correspondentes ao subsídio de férias e Natal confiscadas a par da prorrogação das reduções salariais que vigoraram em 2011 e dos novos cortes nos pagamentos devidos pela prestação de trabalho extraordinário. -----

Isto constitui e vai continuar a constituir, um rude golpe no rendimento das famílias com consequências não apenas nas condições de vida destes trabalhadores, mas também nas condições de vida da economia local que tem reflexos importantes a nível do tecido produtivo local. -----

Estas são as duas questões, a segunda com uma linguagem que pode ser considerada como à anterior, mas é assim mesmo, nós temos que chamar os bois pelos nomes, eu lembro-me na altura daquilo que alguns chamam o período revolucionário, houve um ministro que decidiu fazer trabalhar os portugueses a um sábado e eu durante anos, ouvi dizer que esse ministro tinha roubado uns trabalhadores porque os obrigou a trabalhar um dia, agora não está em causa um dia, nem dois dias, nem três dias, nem uma semana, nem um mês, estão em causa vários meses que são retirados do rendimento dos trabalhadores, o subsídio de férias e Natal são parte integrante da renumeração do trabalhador.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ É uma linguagem que não é habitual nesta Assembleia da qual tomei nota e de facto, gostava que continuasse a não ser habitual, podemos dizer as mesmas coisas sem falar com uma linguagem mais agressiva e temos tido essa capacidade mesmo com o calor da luta política, temos tido essa capacidade nesta casa e gostava que continuássemos a tê-la. -----

Deixe-me só referi-lhe que, efetivamente está agendada a discussão da proposta de Lei 44/ XII legislatura para o dia 1 de março, mas, tal como a discussão prévia que houve sobre uma proposta inicial ao documento verde não estava fechada, também não é certo, que aquilo que está neste documento seja o texto final. -----

Porque considero que este texto é uma evolução positiva do texto original, parece-me que devemos ter a fé, se quisermos usar a expressão, de que, vai haver mais evoluções positivas. -----

Obviamente que não consigo rever-me nalgumas das posições da ANAFRE, mas acima de tudo, parece-me que temos todo o interesse em termos de município em continuar a acompanhar esta matéria para a qual, no que concerne ao Entroncamento neste momento não há decisões, as decisões que poderiam existir caso a Lei fosse aprovada, nos moldes em que está redigida atualmente, para o Entroncamento, para o nosso município, para os nossos autarcas, para a nossa população, eram efeitos nenhuns e portanto, sendo certo que não somos uma ilha face ao País, no que concerne ao nosso município, temos também de olhar com atenção e perceber que de facto neste momento na proposta de redação atual o Entroncamento não é sequer afetado em primeira instância pela proposta de Lei que está em discussão.” -----

Referiu **Carlos Amaro**: “ Esta bancada foi interpolada pela Associação de Pais da escola António Gedeão, a qual nos informou que já intentou vários pedidos junto deste executivo para que proceda à instalação de bebedouros na referida escola, são quatrocentas e quarenta crianças e tem apenas um bebedouro. -----

Portanto, é nesse sentido que gostaria de relembrar este executivo de tratar deste assunto, mas que o trate com alguma brevidade, até em questão de saúde pública, apenas um bebedouro para quatrocentas e quarenta crianças não me parece suficiente.” -----

Não havendo mais pedidos de inscrições, a senhora **Presidente da Assembleia**, entrou no período de intervenção do público. -----

Não existindo pedidos de inscrição por parte do público presente passou-se de imediato à ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

ALTERAÇÃO DAS TAXAS DE ESTACIONAMENTO CONCESSIONADO – ZONA A

Pediu a palavra **Manuel Domingues**: “ O estacionamento de superfície esteve em discussão nas últimas assembleias e penso que concretamente na última assembleia. -----

Todos sabemos que este assunto de estacionamento de superfície teve a contestação de uma boa parte da população, pelo que nos parece pouco sensato estar novamente a mexer neste assunto. -----

Por outro lado, um aumento de taxas, quanto a mim, justifica-se quando a taxa de ocupação dos lugares disponíveis atingiu níveis de quase plena ocupação, se os lugares começam a ser poucos talvez se justifique um certo aumento das taxas, mas no caso concreto penso que isso está longe de se verificar. -----

Também nos parece que o aumento das taxas vai trazer ainda mais dificuldades ao comércio tradicional nesta zona da cidade. -----

Por tudo isto, pensamos que seria bom que as taxas neste momento não fossem agravadas. “ -----

Proseguiu **Fátima Búzio**: “ Assim como o PS acabou de dizer, nós também temos uma posição em que diz a jurista: poderá a Assembleia Municipal votar a alteração das taxas em vigor, não diz deverá. -----

O Bloco de Esquerda não votará a favor pela seguinte razão: -----

Na sessão de 12 de dezembro de 2011 foram aprovadas por este órgão as alterações ao regulamento e a introdução de novas tabelas, em tão pouco tempo aumentar novamente o preço do estacionamento acarreta mais encargos para quem utiliza e prejudica grandemente o comércio local, já por si em sérias dificuldades.” -----

Continuou **Mário Eugénio**. “ Vamos votar contra esta proposta, não somos juristas, muito menos juristas brilhantes. -----

Lemos com atenção o parecer da doutora Fátima Rosa, achamos que de facto não poderemos deferir o pedido que foi formulado dado que esta Assembleia Municipal e a Fátima Búzio ainda agora falou nisso, aprovou em dezembro alterações não só ao regulamento mas para nós é muito importante as taxas respetivas. -----

A partir do momento em que em dezembro aprovámos alterações ao regulamento e às taxas, não é possível sequer, do nosso ponto de vista, fazê-lo agora. -----

Nós tomámos como bom o parecer da doutora Fátima Rosa e portanto vamos votar contra esta proposta.” -----

Referiu **Rui Gonçalves**:” O que foi dito até agora tem a sua razão de ser, mas também tem a razão de ser que no contrato que foi estabelecido com a concessionária que de cinco em cinco anos, o contrato tem que ser revisto, infelizmente decorre exatamente disso, o que aconteceu agora.” -----

Interveio **Fátima Búzio**:” Estou aqui com uma dúvida, não sei o que é que quer dizer “ foi revisto o contrato.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ O contrato estabelece que ao fim de cinco anos, ele é objeto de revisão, que significa de custos ou preços, sendo que, como é óbvio, se mantém o período de trinta minutos sem custos no parque subterrâneo e portanto, as regras que se aplicam ao cartão do morador não são alteradas, apenas as taxas dos chamados parquímetros e a taxa do parque junto à residencial. -----

A proposta que nos é apresentada, resulta da revisão obrigatória por determinação contratual que temos com a concessionária.” -----

Pediu a palavra **Luis Grácio**: “ Acho que o sentido de humor da Fátima não foi entendido, o que ela queria dizer é que revisão não é o mesmo que aumento, revisão é rever, mas rever passa para baixo, ou seja, pode ser para diminuir o preço, neste caso, foi para aumentar. -----

Esse argumento da revisão não se pressupõem à partida que se tenha que aumentar as taxas, principalmente quando elas foram aumentadas à dois meses o que é um pouco incompreensível, é que se teve condições para se fazer uma atualização e agora está-se novamente a aumentar as taxas.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**:” Aquilo que são os custos do município com esta matéria, já foi por diversas vezes objeto de ajustamentos, não foi nem para cima nem para baixo, houve inclusive a alteração nomeadamente do período de não pagamento que aumentou no que respeita ao parque subterrâneo, que passámos a ter um período de carência em que o munícipe entra e sai e se lá estiver até trinta minutos, não paga coisa nenhuma. -----

Houve os ajustamentos resultantes da negociação com os moradores, por força dos custos imensos que a autarquia estava a ter e quando dizemos a autarquia, dizemos todos nós, os munícipes do Entroncamento em grande parte os munícipes que não residem na zona A, agora, efetivamente, findo os cinco anos sobre o primeiro contrato com a concessionária havia que se proceder à revisão daquilo que estava estabelecido e a revisão implicou uma proposta de aumento de custos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, “**Alteração das Taxas de Estacionamento Concessionado – Zona A** “ foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, dando cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

ISENÇÃO DE TAXAS – LICENÇAS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM PUBLICIDADE -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Penso que este ponto é consensual, antes que surjam dúvidas, deixem-me dizer que, o município decidiu aceitar a sugestão da Provedoria de Justiça e integrar naquilo que são as isenções relativamente à isenção de espaço com publicidade, não só os nossos munícipes, mas também aqueles não sendo sediados no concelho por conta da informação da Provedoria têm serviços no nosso concelho.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “ Não tenho tido grandes motivos de satisfação aqui nesta assembleia, este bloco do PSD normalmente não deixa passar nada que não queira que passe e desta vez, quando li isto, fui tentado a ir buscar aquela ata em que este assunto foi aprovado há dois anos, o primeiro interveniente fui eu e disse: “ *Nós vamos votar contra esta proposta por uma razão que é fundamental e para nós era inultrapassável.*” -----

Tivemos uma intervenção que foi brilhante, a do Henrique Leal e não quero deixar de referir, e já estão todos a ver aonde é que eu quero chegar, às palavras do nosso colega José Baptista, que depois de ter defendido e falado numa data de parágrafos nas empresas sediadas e na grande virtude das empresas sediadas, vou no entanto ler um parágrafo e perguntar-lhe se ele de facto já percebeu agora: “ *Não conseguimos perceber aonde é que está o ponto de discórdia da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.*” Espero que ele hoje já tenha percebido aonde é que estava o momento de discórdia da bancada da CDU e do BE.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Eu sei perfeitamente as declarações que fiz, agradeço ter ido buscar a ata e continuo a dizer que não concordo. -----

É uma indicação que vem da Provedoria e acho que deve ser acatada, deve ficar em ata que continuo a não concordar com ela.” -----

Proseguiu **Luis Grácio**: “ De facto o meu camarada Henrique Leal não está cá hoje, mas nós lembramos bem as palavras que ele aqui disse e vou ler só um pequeno trecho daquilo que ele disse, para avivar a memória e para reforçar o sentido profundo daquilo que ele disse: “ *... dissemo-lo logo desde o primeiro momento, a proposta aprovada na Câmara é do nosso ponto de vista inexplicavelmente discriminatória porque de facto não há nenhuma razão para se discriminarem empresas, com o critério de que não residem ou não tenham sede no Entroncamento.* -----

Há muitos anos que estou ligado à vida autárquica no Entroncamento e houve uma altura, que eu recorro com alguma displicência, para não dizer com alguma tristeza, houve uma altura em que era um pensamento politicamente correto na praça pública local, de que só era gente de bem, quem era natural do Entroncamento, esquecendo que todos nós somos naturais do país e a nossa terra é aonde nós moramos... ” -----

De facto a posição do Bloco de Esquerda, não é por agora o Provedor de Justiça corroborar, as opiniões que o Bloco revelou na altura tinham a sua razão de ser alicerçadas na relação que deve existir entre toda a comunidade, nomeadamente as empresas que não tendo sede no concelho, se tiverem faturação significativa também pagam a derrama cá e mesmo aquelas, que eventualmente não tenham grande faturação, fazem uma coisa muito importante, reforçam o tecido empresarial, criam postos de trabalho e devem ser incentivadas a sua presença no Entroncamento e não a sua discriminação. -----

Nós na altura votámos a favor para não a inviabilizarmos, e agora reforçamos a nossa posição porque achamos que é correto aquilo que defendemos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois, “ **Isenção de Taxas – Licenças de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Publicidade**” foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

CESSAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ASSOCIADO DA AMEGA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “ Nós queríamos consolidar a nossa posição neste ponto, mas para tal, gostaríamos de fazer algumas perguntas até porque não

estamos suficientemente documentados para dizermos desde já se estamos contra ou a favor. -----

As questões que gostaríamos de colocar, não sei quem as pode responder, mas esperemos que sejam respondidas. -----

A AMEGA é uma associação para estudos e gestão da água e o que nos é dito é que se propõem-se que abandonemos a AMEGA por se considerar que deve ser revista a nossa intervenção junto da AMEGA. -----

Por que razão é que a intervenção da AMEGA tem sido reduzida? A Câmara não pede intervenção? Deixou de ter necessidades de pedir intervenção? É porque a Câmara não necessita de estudos? Será que a Câmara não precisa de ajuda para a gestão da água? -----

São estas questões em concreto relativamente à frase que nos é apresentada, que é: A intervenção da AMEGA tem sido reduzida. -----

Gostaríamos de fazer ainda mais duas questões que não têm a ver com esta frase, que são as seguintes: Quem são os outros municípios que se perfilam para abandonar a AMEGA? Uma última questão, não sei se o termo que vou utilizar é o adequado ou não, de qualquer forma, por tudo aquilo que nós lemos, dá a ideia de que a AMEGA está moribunda, a pergunta é esta, não sei se o termo utilizado deve ser este “moribunda”, mas é perguntar se a AMEGA está moribunda? “ -----

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu: “A Câmara Municipal do Entroncamento entende que está aqui um pouco deslocalizada apesar de haver municípios como Constância, Barquinha e Tomar, nós achamos que é uma associação que está mais vocacionada para os municípios do oeste, nós fazemos todas as nossas análises na LOGOS em Abrantes. -----

Achamos que não há justificação e se há alguma altura que se tem de olhar a custos é esta, não há justificação estarmos a duplicar as nossas contas e entendemos por bem propor que deixemos de pagar mais esta quota, visto estarmos a ser servidos pela LOGOS em Abrantes, não há necessidade nenhuma de estarmos a colaborar com esta associação visto estarmos servidos aqui mais perto.” -----

Referiu **Mário Eugénio**: “Percebi exatamente a resposta que nos deu o senhor Presidente da Câmara, de qualquer forma, nenhuma das questões que eu coloquei foi respondida, ou melhor, foi mais ou menos respondida uma, porque nem aquela se a AMEGA estava moribunda ou não, nem essa foi respondida. -----

Neste momento não tenho a certeza do papel da AMEGA e do relacionamento da AMEGA com a Câmara, para além da explicação que nos foi dada pelo senhor Presidente da Câmara.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Só ouvi do senhor Deputado a parte de moribundo, eu não vi isso em lado nenhum. -----

Entendo que não há justificação de estar a mandar um vereador para tão longe para reuniões sistemáticas, quando temos esse trabalho aqui perto, em Abrantes. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Cessação da Condição de Associado da AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água**” foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e sete

abstenções, sendo cinco do Partido Socialista e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Na informação apraz-me ver que tem informação desta vez sobre a área da cultura, é um reparo que já vínhamos a fazer há bastante tempo. -----

Vou-me pronunciar por um problema que nos deve preocupar a todos, a situação do município em termos financeiros tem-se degradado a olhos vistos, tem-se agravado devido aos problemas que o Governo nos impõe e também se calhar, por alguma culpa nossa. -----

A informação que eu tenho do terceiro e quarto trimestre de dois mil e onze, só neste período o prazo médio de pagamento passa de cento e oitenta e dois dias para duzentos e trinta e sete dias, com uma informação que estamos a pagar a mais de seis meses neste momento. -----

Em termos do passivo financeiro, agrava-se também dos dezasseis milhões de euros para os dezoito milhões de euros o que é uma situação bastante complicada, até porque isto tem a ver essencialmente com os pagamentos a terceiros, não tem a ver com as dívidas de médio e longo prazo porque essas são planeadas, essas reduziram. -----

Aquilo que vem na proposta de lei para a reorganização do território a reorganização dos municípios, é asfíxiar as Câmaras de toda e qualquer forma no sentido de depois à posterior, quando estiverem arruinadas, obriga-las a juntarem-se e nós vamo-nos juntar com Torres Novas, vamo-nos juntar com a Barquinha ou com a Golegã.” -----

Proseguiu **Rui Gonçalves**: “ Em relação a esta questão do endividamento, isto tem uma explicação muito fácil. -----

Em conversa com o senhor Presidente da Câmara, há um mês atrás, a entrada de receita no departamento de obras foi de mil euros, um departamento que alimenta a Câmara Municipal, esta e todas. A construção infelizmente para nós devido ao modelo de financiamento que eu acho que está completamente errado, baseia-se única e exclusivamente na construção. -----

Grande parte dos rendimentos de uma Câmara provem da construção e portanto todas as Câmaras deste País estão dependentes exatamente disso.” -----

Continuou **Luis Grácio**: “ De facto este ponto é um ponto um bocado deprimente.

A situação da autarquia, não é só desta infelizmente, é da maior parte das autarquias é drástica e arrepiante, nós temos um passivo superior às receitas anuais e isso é complicado, dezoito milhões de euros de passivos financeiros e receitas totais dezasseis milhões novecentos e sessenta mil euros e temos por via disso, um prazo médio de pagamento a crescer. -----

O vereador Carlos Matias fez um trabalho sobre a forma como o Estado Central olha para as autarquias e como tem vindo continuamente a diminuir as transferências e portanto, a dificultar cada vez mais a vida das autarquias. -----

O modelo de financiamento está a chegar ao fim, não tem pernas para andar, baseava-se fundamentalmente no processo de construção civil, obras públicas não só não há dinheiro para isso, como inclusivamente não há dinheiro para comprar. -----

Isto é um processo bastante complicado, em que as autarquias vão ter que repensar no seu conjunto o modelo de se autofinanciar, evidentemente que não pode ser a forma de aumentar os impostos, porque isso também se esgota.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ É evidente que o Entroncamento habituou-se durante muitos anos a ter as receitas muito elevadas na área da construção, quer por via dos loteamentos, quer por via dos licenciamentos, quer por várias vias nessa área, não temos dúvidas em relação a isso. -----

Durante algum tempo compensou essas perdas com o aumento do IMI que subiu enormemente no Entroncamento. -----

Para além disso, a Câmara decidiu aumentar o valor das águas, mas há uma questão aqui que é fundamental, o rendimento das pessoas não é elástico, quando eu levantei esta questão, eu levantei de uma forma para ver quais são as responsabilidades e as responsabilidades são essencialmente do não cumprimento da Lei das Finanças Locais e nos cortes que foram feitos aos municípios de mais de mil e trezentos milhões de euros, desde dois mil e oito, esses dinheiros são fundamentais para os municípios poderem trabalhar. -----

Para além disso, as competências foram cada vez maiores e portanto, as dificuldades vão avolumando e neste momento a autonomia que as Câmaras têm vão ser menores, ou seja, só vamos cumprir aquilo que o Governo nos deixar cumprir.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Não é por nós dizermos isto muitas vezes que isto se vai tornar verdade. -----

Quando o senhor Deputado referiu aqui o aumento da água, foi aprovado nesta assembleia, foi aqui debatido, foi que o município anteriormente isentava as respetivas taxas que não eram pagas pelos munícipes e que agora pela Lei é explícito, que os municípios não podem cobrar menos do que o custo que têm com aquele serviço. -----

Por isso é que o município do Entroncamento teve que juntar à fatura da água, a fatura que tem com os resíduos sólidos urbanos, esta é a verdade.” -----

Carlos Amaro referiu: “ Realmente não há receitas ou são diminutas como disse o senhor Deputado Rui Gonçalves, todos nós concordamos com isso, mas aquilo que acontece e não entendo, como é que não havendo receitas se aumentam as despesas e as despesas com pessoal de fevereiro de dois mil e onze a fevereiro de dois mil e doze, aumentaram vinte e dois por cento. -----

O Partido Socialista tem sempre falado nisso nas suas intervenções, preocupa-nos e achamos que este não é o caminho.” -----

Pediu a palavra **Luis Grácio**: “ Era só para fazer aqui uma retificação, já na última assembleia e na ata que hoje aprovamos, foi aqui afirmado que os resíduos sólidos não faziam parte da fatura da água, e eu lembrei na altura o senhor Deputado José Baptista, que essas duas rubricas sempre fizeram parte da fatura da água já há muitos anos.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** referiu: “ Sobre as despesas com pessoal, aumentou de facto mas está lá o compromisso com a ADSE que estamos a pagar mensalmente e quando recebemos os semestres do IMI pagamos cinquenta mil euros cada semestre é o acordo que temos e estamos a cumpri-lo em pleno, mais as quarenta e uma funcionárias que entraram das escolas. -----

Foi dito aqui que a situação das autarquias é dramática, é, acho que tem que haver algum saneamento financeiro para as Câmaras e desta vez vamos ver se não nos acontece o mesmo como no passado, que nos emprestaram trezentos e setenta mil euros e a câmaras bem perto de nós emprestaram doze milhões e quatrocentos mil euros. -----

É de facto preocupante desde que começou a atual Lei das Finanças Locais no tempo do Partido Socialista, pelo Ministro António Costa hoje Presidente de Câmara que diz que a câmara dele tem problemas como os outros, que se calhar não é tão preocupante com são as câmaras mais pequenas. -----

Enquanto eu puder, não perdemos um cêntimo dos oitenta e cinco por cento do QREN e aguardo a todo o momento que haja reprogramação das verbas para conseguirmos ir buscar mais alguma coisa para o Entroncamento, como lançámos agora duas candidaturas para o Museu Nacional Ferroviário nosso parceiro e que se conseguiu verbas na ordem dos dois milhões de euros. -----

Sobre a fatura da água, já vinha lá os resíduos, vinham era todos subsidiados pelas obras e a partir de agora, têm valores reais, custos fixos e sabe-se quanto é que é, são verbas consignadas não são gastas noutra lado, como é que se resolve, como é que é possível não ser agravada a fatura, poupar água, vou fazer uma campanha nesse sentido.

Cada vez que se abre uma torneira há três vetores que se está a pagar, saneamento, resíduos sólidos e a água. -----

Falou-se aqui no passivo de dezasseis e dezoito milhões de euros, não é nada, são dezassete mil e quatrocentos euros. -----

Preocupa-me muito o prazo médio de pagamento, quero dizer aqui que esse prazo advém de facto às fracas receitas. -----

Do ano passado para este ano, baixaram um milhão de euros só em loteamentos e IMT e os senhores têm visto quando é apresentado na assembleia, qual é que eram os valores no passado e hoje em dia. -----

Há uma preocupação muito grande que é de facto o prazo médio de pagamento, por isso a Câmara Municipal do Entroncamento está a estudar maneira de encaixar dinheiro para o meter na economia local. -----

Quero também dizer que tem sido de uma forma muito equilibrada, muito coerente, que nós temos procurado fazer os cortes que temos estado a fazer, cortes brutais, nós não queremos acabar com os transportes urbanos, queremos que eles se mantenham mas têm que ser sustentáveis, não pode ter os trezentos e cinquenta mil euros que tinha de prejuízo no passado. -----

Acima de tudo, neste momento, se não podermos fazer obras algumas que não sejam obras comparticipadas a única obra que estamos a fazer é na escola quatro a Academia do Saber, que está praticamente pronta, vamos ter um cuidado muito grande em não fazer gastos supérfluos, mas não deixando de criar as condições à população para que possa viver cá todos os dias e sentir-se bem.” -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: